



Superior Tribunal de Justiça

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre a aplicação da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função aos ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Representação de Gabinete do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a decisão do Conselho de Administração no P. A. nº 678/92, em sessão realizada em 11 de dezembro de 1992,

RESOLVE:

Art. 1º Aos ocupantes de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de Funções de Representação de Gabinete do Quadro de Pessoal da Secretaria do Superior Tribunal de Justiça, aplica-se o disposto: I no art. 14 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992, observado o escalonamento constante de seu Anexo I, com as alterações introduzidas pelo art. 5º da Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992; II no art. 15 da Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992; III no art. 6º da Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992.

~~Art. 2º A percepção da vantagem pessoal denominada quintos, instituída pelo art. 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, e alterada pelos arts. 8º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e 6º da Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992, exclui o pagamento concomitante da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função.~~

~~Art. 2º A percepção da vantagem pessoal denominada quintos, instituída pelo art. 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, e alterada pelos arts. 8º da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989, e 6º da Medida Provisória nº 311, de 26 de novembro de 1992, excluiu o pagamento concomitante da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função, ressalvado o direito de opção, previsto no art. 3º do Decreto-lei nº 1.445, de 13 de fevereiro de 1976, para os ocupantes de Cargos e de Funções e que se refere o art. 1º desta Resolução, no percentual constante do § 2º do art. 14 da Lei Delegada nº 13/92, com a redação dada pelo art. 5º da Medida Provisória nº 311/92. [\(Redação dada pela Resolução nº 02 de 21 de janeiro de 1993\)](#)~~

Art. 2º - A percepção da vantagem pessoal denominada quintos, instituída pelo art. 2º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, e alterada pelos arts. 8ª da Lei nº 7.923, de 12 de dezembro de 1989 e 6º da Lei nº 8.538, de 21 de dezembro de 1992, e mantida pelo art. 8º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, exclui o pagamento da Gratificação de Atividade pelo Desempenho de Função, de que trata a Lei nº 8.538/92, ressalvado o direito de opção previsto no art. 2º da Lei nº 8.911/94, para os ocupantes de cargos em comissão do Grupo - Direção e Assessoramento Superiores a que se refere o art. 1º desta Resolução. [\(Redação dada pela Resolução nº 19 de 19 de dezembro de 1994\)](#)

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1992.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

MINISTRO ANTÔNIO TORREÃO BRAZ